



Luciano Ferraz
Marciano Seabra de Godoi
Werther Botelho Spagnol

CURSO DE DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO

4ª edição revista, atualizada e ampliada

A obra trata dos temas fundamentais do direito financeiro e do direito tributário, com destaque para uma abordagem integrada da teoria e da prática, da doutrina e da jurisprudência, da academia e da militância na advocacia. A união de esforços dos autores – professores de importantes universidades no cenário nacional e profissionais de destaque em suas áreas de atuação – possibilitou que o livro alcançasse o equilíbrio entre a abordagem didática e o aprofundamento teórico-pragmático. Trata-se de um Curso voltado aos acadêmicos das faculdades de direito e também aos amplos segmentos profissionais que lidam com as finanças públicas, o direito financeiro e as relações tributárias. O público-alvo do livro engloba estudantes de direito e áreas afins, advogados, magistrados, servidores do Poder Judiciário, auditores fiscais, membros e servidores do Ministério Público, dos Tribunais de Contas e dos órgãos de controle interno da Administração Pública.

Área específica

DIREITO FINANCEIRO.
DIREITO TRIBUTÁRIO.

Áreas afins

ECONOMIA;
CONTABILIDADE;
ADMINISTRAÇÃO.

Palavras-chave

Direito Financeiro; Finanças Públicas;
Direito Tributário; Sistema Tributário Nacional.

FORMATO: 17 x 24 cm
CÓDIGO SANKHYA: 3799

F381c

Ferraz, Luciano

Curso de direito financeiro e tributário / Luciano Ferraz, Marciano Seabra de Godoi, Werther Botelho Spagnol. -- 4. ed. rev. ampl. e atual. --. Belo Horizonte: Fórum, 2025.

884p. 17x24cm

ISBN impresso 978-65-5518-947-6

ISBN digital 978-65-5518-946-9

1. Direito financeiro. 2. Finanças públicas. 3. Direito tributário. 4. Sistema tributário nacional. I. Godoi, Marciano Seabra de. II. Spagnol, Werther Botelho. III. Título.

CDD 341.39

CDU 336

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

FERRAZ, Luciano; GODOI, Marciano Seabra de; SPAGNOL, Werther Botelho. *Curso de direito financeiro e tributário*. 4. ed. rev. ampl. e atual. Belo Horizonte: Fórum, 2025. 884p. ISBN 978-65-5518-947-6.

LUCIANO FERRAZ

Doutor e Mestre em Direito Administrativo pela Universidade Federal de Minas Gerais. Pós-Doutorado em Direito pela Universidade Nova de Lisboa (UNL). Professor Associado IV de Direito Administrativo na UFMG. Professor Adjunto IV de Direito Administrativo e Financeiro na PUC Minas. Advogado e Árbitro. Consultor Jurídico de entidades públicas e privadas.

MARCIANO SEABRA DE GODOI

Doutor em Direito Financeiro e Tributário pela Universidade Complutense de Madrid. Mestre em Direito Tributário pela UFMG. Pós-Doutorado na Universidade Autônoma de Madrid (bolsa Capes), onde foi Professor Visitante Contratado em 2022. Professor da PUC Minas desde 1999. Presidente do Instituto de Estudos Fiscais – IEFi. Coordenador do Grupo de Pesquisa (CNPq) Finanças Públicas, Igualdade e Democracia. Advogado e Consultor.

WERTHER BOTELHO SPAGNOL

Doutor, Mestre e Especialista em Direito Tributário pela Faculdade de Direito da UFMG. Professor Decano de Direito Tributário dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação da UFMG. Advogado e Consultor. Foi Procurador-Geral da UFMG.

SUMÁRIO

NOTA DA QUARTA EDIÇÃO	23
APRESENTAÇÃO.....	25

PARTE I

DIREITO FINANCEIRO E FINANÇAS PÚBLICAS

CAPÍTULO 1

ESTADO E ATIVIDADE FINANCEIRA	29
1.1 Estado e finanças públicas.....	29
1.2 Perspectiva histórica da atividade financeira do Estado	31
1.3 Aspectos gerais das finanças públicas brasileiras e seus efeitos sociais – evolução histórica recente	35
1.3.1 Trajetória histórica da carga tributária brasileira e comparações internacionais....	35
1.3.2 Composição da carga tributária brasileira segundo as bases de incidência. Comparação internacional	38
1.3.3 Composição da carga tributária por espécies de tributo (contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico x impostos)	40
1.3.4 Divisão da carga tributária entre os entes federativos – antes e depois das transferências intergovernamentais	41
1.3.5 Endividamento do Estado brasileiro e aumento do pagamento de juros e da carga tributária entre os anos 1990 e o início dos anos 2000. Evolução recente dos resultados primários do setor público consolidado. Comparações internacionais	44
1.3.5.1 Dívida pública, taxa de juros, carga tributária e resultados primários do setor público após a implantação do Plano Real	44
1.3.5.2 Trajetória do resultado primário do setor público consolidado a partir de 2014....	45
1.3.5.3 Trajetória da dívida pública brasileira a partir de 2003 e comparações internacionais	46
1.3.5.4 Pagamento de juros sobre a dívida pública brasileira a partir de 2003	49
1.3.6 Perfil dos gastos públicos brasileiros e sua evolução recente	52
1.3.6.1 Comparação da estrutura geral dos gastos públicos no Brasil com a média das economias avançadas, de países do G20 e de economias emergentes.....	59
1.3.7 Persecução dos objetivos fundamentais da República (art. 3º da Constituição) e melhorias substanciais em indicadores sociais e de redução da desigualdade no período de 1988 até 2015	61
1.3.8 Retrocesso nos indicadores sociais e de exclusão/desigualdade no período pós-2015. Efeitos da pandemia de COVID-19 e dos auxílios assistenciais pagos nos anos 2020, 2021 e 2022 sobre a desigualdade e a segurança alimentar da população brasileira.....	64
1.4 Finanças públicas brasileiras após 2014: <i>o Teto de Gastos</i> (Emenda Constitucional nº 95/2016), os impactos da pandemia de COVID-19 e o <i>Novo Arcabouço Fiscal</i> (Emenda Constitucional nº 126/2022 e Lei Complementar nº 200/2023).....	68
1.4.1 O <i>Teto de Gastos</i> da Emenda Constitucional nº 95/2016: objetivos, promessas e resultados concretos	68
1.4.2 As propostas de mudanças constitucionais apoiadas pelo Executivo federal em 2019 como estratégias de aprofundamento da austeridade fiscal.....	73
1.4.3 A pandemia de COVID-19 e os impactos sobre as finanças públicas brasileiras e o direito financeiro.....	75
1.4.4 O desgaste do Teto de Gastos e as situações em que o Congresso Nacional decidiu não o aplicar	83
1.4.5 A substituição do <i>Teto de Gastos</i> pelo <i>Novo Arcabouço Fiscal</i> previsto pela Emenda Constitucional nº 126/2022 e regulado pela Lei Complementar nº 200/2023.....	85
1.5 Panorama histórico dos programas brasileiros de privatização e desestatização ..	86
1.6 Parcerias público-privadas: investimentos no Brasil e no mundo	94

CAPÍTULO 2

DIREITO FINANCEIRO. VISÃO GERAL.....	101
2.1 Direito financeiro e Constituição.....	102
2.1.1 Federalismo cooperativo e competências para legislar sobre direito financeiro.....	102
2.2 Direito financeiro e legislação infraconstitucional.....	103
2.2.1 Lei nº 4.320/1964.....	103
2.2.2 Lei de Responsabilidade Fiscal.....	104
2.2.2.1 A Lei de Responsabilidade Fiscal sob o crivo de constitucionalidade no Supremo Tribunal Federal.....	105
2.3 Princípios do direito financeiro	109
2.3.1 Princípio da legalidade	109
2.3.2 Princípio da economicidade.....	110
2.3.3 Princípios da transparência, participação e controle social.....	111
2.3.3.1 Normas da Constituição de 1988 sobre transparência, participação e controle social no âmbito do direito financeiro e das políticas públicas	112
2.3.3.2 Normas da Lei de Responsabilidade Fiscal sobre transparência, participação e controle social.....	114
2.3.3.3 Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 2011).....	116
2.3.3.4 Relatórios de organizações não governamentais sobre o grau de transparência e participação social nas finanças públicas brasileiras.....	117
2.3.4 Princípio da gestão fiscal responsável	120

CAPÍTULO 3

DESPESAS PÚBLICAS	123
3.1 Considerações gerais.....	123
3.2 Classificações.....	124
3.2.1 Despesas ordinárias e extraordinárias	124
3.2.2 Despesas orçamentárias e extraorçamentárias.....	124
3.2.3 Despesas correntes e despesas de capital.....	125
3.2.3.1 Despesas correntes	125
3.2.3.2 Despesas de capital.....	127
3.2.4 Despesas obrigatórias e despesas discricionárias.....	130
3.3 Estágios da despesa pública.....	132
3.3.1 Empenho	132
3.3.2 Liquidação	135
3.3.3 Ordenamento	136
3.3.4 Pagamento	138
3.3.4.1 Regime de adiantamento de despesa	139
3.4 Despesas públicas na Lei de Responsabilidade Fiscal	140
3.4.1 Requisitos para geração de despesas.....	141
3.4.1.1 Criação, expansão e aperfeiçoamento da ação governamental.....	141
3.4.1.2 Despesas obrigatórias de caráter continuado.....	144
3.4.2 Despesas de pessoal	145
3.4.2.1 Conceito de despesa com pessoal	146
3.4.2.2 Limites globais e específicos de gasto com pessoal	147
3.4.2.3 Respeito aos limites com despesa de pessoal	150
3.4.2.4 Situação atual quanto ao respeito aos limites com despesa de pessoal no âmbito dos estados, dos municípios e da União	151
3.4.3 Despesas com seguridade social – Art. 24 da LRF.....	157
3.4.4 Transferência voluntária – Art. 25 da LRF	158
3.4.5 Destinação de recursos públicos para o setor privado – Art. 26 da LRF	160
3.5 O <i>Novo Arcabouço Fiscal</i> instituído pela Lei Complementar nº 200/2023 e os limites de crescimento das despesas primárias federais.....	160
3.6 Parcelas indenizatórias que frustram o propósito da norma do teto remuneratório previsto no art. 37, XI, da Constituição. Proposta do Executivo enviada ao Congresso no final de 2024 e norma aprovada pela Emenda Constitucional nº 135	167

CAPÍTULO 4

RECEITAS PÚBLICAS	171
4.1 Considerações gerais.....	171
4.2 Evolução histórica e métodos de obtenção das receitas públicas.....	172
4.3 Classificações.....	173
4.3.1 Receitas originárias e derivadas	173
4.3.2 Ingressos e receitas públicas	174
4.3.3 Classificação legal das receitas públicas – Lei nº 4.320/1964	175
4.3.3.1 Receitas orçamentárias e extraorçamentárias.....	175
4.3.3.2 Receitas correntes e receitas de capital.....	176
4.4 Estágios da receita pública	177
4.4.1 Previsão.....	177
4.4.2 Lançamento	178
4.4.3 Arrecadação (recolhimento).....	179
4.5 Receitas públicas na Lei de Responsabilidade Fiscal	179
4.6 Repartição das receitas tributárias entre os entes federativos. Panorama geral e grandes números	182
4.6.1 Repartição das receitas tributárias da União em prol dos estados e Distrito Federal	185
4.6.1.1 Imposto sobre a renda retido na fonte.....	185
4.6.1.2 Imposto residual de competência federal.....	186
4.6.1.3 Imposto sobre Produtos Industrializados e Imposto Seletivo – divisão proporcional ao valor das exportações de produtos industrializados	186
4.6.1.4 Cide Combustíveis.....	188
4.6.1.5 IOF Ouro	190
4.6.1.6 Fundo de Participação dos Estados e Distrito Federal (FPE).....	190
4.6.2 Repartição das receitas tributárias da União em prol dos municípios	197
4.6.2.1 Imposto sobre a renda retido na fonte.....	197
4.6.2.2 Imposto territorial rural.....	197
4.6.2.3 IOF Ouro	199
4.6.2.4 Fundo de Participação dos Municípios (FPM).....	200
4.6.2.4.1 Censo populacional de 2022 e Lei Complementar nº 198/2023.....	202
4.6.2.4.2 FPM Capitais	202
4.6.2.4.3 FPM Interior	203
4.6.2.4.4 FPM Reserva.....	206
4.6.3 Repartição das receitas tributárias dos estados em prol de seus municípios.....	206
4.6.3.1 Cotas-partes do ICMS	207
4.6.3.1.1 Alterações da Emenda Constitucional nº 108, de 2020.....	211
4.6.3.2 Alterações da Emenda Constitucional nº 132, de 2023. Critérios para distribuição da arrecadação estadual do IBS aos municípios	213
4.6.3.3 Repartição da parcela do IPI e do IS recebida pelos estados.....	214
4.6.3.4 Repartição do IPVA	215
4.6.3.5 Repartição da Cide Combustíveis.....	217
4.6.4 Transferências vinculadas a programas de desenvolvimento regional.....	217
4.6.5 Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).....	218
4.6.6 Cotas da contribuição do salário-educação	224
4.6.7 Demais regras constitucionais sobre o tema.....	225
4.7 Participações governamentais e compensações financeiras pela exploração de recursos naturais.....	226
4.7.1 Previsão constitucional e natureza jurídica	226
4.7.1.1 Nova redação do art. 20, §1º da CF (EC nº 102/2019)	228
4.7.2 Espécies de participação no resultado da exploração de recursos naturais	229
4.7.3 Exploração e produção de petróleo e gás natural – Regime regulador misto. Regime de concessão e regime de partilha da produção.....	230
4.7.4 Participações governamentais na exploração de petróleo e gás natural	231

4.7.4.1	Bônus de assinatura.....	233
4.7.4.1.1	Valores arrecadados no leilão do excedente da cessão onerosa do pré-sal (2019) e sua divisão federativa	234
4.7.4.2	Pagamentos pela ocupação/retenção de área	235
4.7.4.3	<i>Royalties</i> nos contratos sob o regime de concessão. Base de cálculo e alíquota, divisão de sua arrecadação entre os entes federativos e restrições quanto à sua destinação	236
4.7.4.4	Regra de destinação obrigatória dos <i>royalties</i> para a educação pública e para a saúde (Lei nº 12.858/2013).....	239
4.7.4.5	Participações especiais. Normas de apuração e divisão de sua arrecadação entre os entes federativos	240
4.7.4.6	As distorções da divisão dos <i>royalties</i> segundo as leis nº 7.990 e nº 9.478 e seu agravamento com a exploração dos recursos do pré-sal	242
4.7.4.7	Divisão dos <i>royalties</i> e participações especiais entre os entes federativos prevista na Lei nº 12.734/2012. Veto presidencial derrubado no Congresso e medida cautelar monocrática deferida pelo Supremo Tribunal Federal em 2013 suspendendo os efeitos da nova divisão. Omissão do STF quanto à submissão da cautelar a referendo do plenário do Tribunal.....	245
4.7.4.8	<i>Royalties</i> nos contratos de partilha da produção. Vácuo legislativo atual quanto às regras para sua divisão entre os entes federativos	247
4.7.5	Compensação financeira pela exploração de recursos minerais (CFEM).....	248
4.7.5.1	Período anterior à Lei nº 13.540/2017	248
4.7.5.2	Regramento após a Lei nº 13.540/2017	250
4.7.6	MG e PA: “Se não conseguimos aumentar a CFEM... criamos taxas em seu lugar”	253
4.7.7	RJ: “Se escasseiam os <i>royalties</i> e participações especiais... criamos taxas em seu lugar”	257
4.8	Cessão de direitos creditórios tributários e não tributários para pessoas jurídicas de direito privado e fundos de investimento (Lei Complementar nº 208/2024).....	260

CAPÍTULO 5

CRÉDITO PÚBLICO.....	263	
5.1	Considerações gerais.....	263
5.2	Sistema de crédito público	264
5.3	Normas sobre dívida, endividamento público e operações de crédito na Constituição de 1988	266
5.4	Classificações da dívida pública.....	268
5.4.1	Dívida fundada e dívida flutuante.....	269
5.4.1.1	Dívida fundada	269
5.4.1.2	Dívida flutuante	269
5.4.1.2.1	Restos a pagar	270
5.4.1.2.2	Serviços da dívida a pagar	272
5.4.1.2.3	Depósitos e débitos de tesouraria	272
5.4.2	Dívida mobiliária e dívida contratual	272
5.4.3	Dívida interna e dívida externa.....	273
5.5	Crédito público na Lei de Responsabilidade Fiscal.....	275
5.6	Situação da dívida dos estados perante a União Federal	280
5.6.1	Regime de Recuperação Fiscal (Lei Complementar nº 159/2017).....	284
5.6.2	Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag).....	285
5.6.3	Lei Complementar nº 206/2024 e regras sobre o pagamento da dívida de entes federativos afetados por calamidade pública.....	287
5.6.4	Leis Complementares nº 194/2022 e 201/2023.....	288
5.7	Situação atual da dívida pública da União Federal.....	289
5.8	Situação atual do endividamento dos municípios.....	289
5.9	Precatórios judiciais.....	292
5.9.1	Requisições de Pequeno Valor (RPV).....	293
5.9.2	Precatórios pendentes de pagamento na data de promulgação da Constituição (art. 33 do ADCT).....	294

5.9.3	Parcelamento de precatórios instituído pela Emenda Constitucional nº 30/2000 (art. 78 do ADCT).....	294
5.9.4	Regime especial instituído pela Emenda Constitucional nº 62/2009.....	295
5.9.5	Alterações introduzidas pela Emenda Constitucional nº 94/2016.....	297
5.9.6	Alterações introduzidas pela Emenda Constitucional nº 99/2017.....	298
5.9.7	Alterações introduzidas pela Emenda Constitucional nº 113/2021.....	299
5.9.8	Alterações introduzidas pela Emenda Constitucional nº 114/2021.....	302

CAPÍTULO 6

	ORÇAMENTO PÚBLICO.....	305
6.1	Considerações gerais.....	305
6.2	Leis orçamentárias.....	307
6.2.1	Natureza jurídica.....	308
6.2.1.1	Orçamento autorizativo e orçamento impositivo.....	311
6.2.1.2	Emendas individuais impositivas com transferência especial ou com finalidade definida (art. 166-A da Constituição – EC nº 105/2019).....	314
6.2.2	Plano Plurianual (PPA).....	316
6.2.3	Lei de Diretrizes Orçamentárias.....	317
6.2.4	Lei Orçamentária Anual (LOA).....	319
6.2.4.1	Elaboração da lei orçamentária.....	321
6.2.4.1.1	Veto absoluto impeditivo de despesas autorizadas no orçamento.....	323
6.3	Princípios orçamentários.....	323
6.3.1	Princípio da unidade.....	323
6.3.1.1	Fundos especiais.....	325
6.3.2	Princípio da universalidade.....	327
6.3.3	Princípio da exclusividade.....	327
6.3.4	Princípio da anualidade.....	328
6.3.5	Princípio da vedação de estorno.....	329
6.3.6	Princípio da programação.....	330
6.3.7	Princípio da clareza.....	330
6.3.8	Princípio da publicidade.....	331
6.3.9	Princípio do equilíbrio orçamentário.....	332
6.3.10	Princípio da não afetação.....	333
6.3.10.1	Repartição do produto de arrecadação de impostos.....	334
6.3.10.2	Ações e serviços públicos de saúde.....	334
6.3.10.2.1	Gastos da União.....	334
6.3.10.2.2	Gastos dos estados, Distrito Federal e municípios.....	335
6.3.10.3	Manutenção e desenvolvimento do ensino.....	337
6.3.10.4	Realização de atividades da administração tributária.....	339
6.3.10.5	Prestação de garantias às operações de créditos por antecipação de receita.....	339
6.3.10.6	Prestação de garantia ou contragarantia à União por parte dos estados e municípios.....	340
6.3.10.7	Programa de apoio à inclusão e promoção pessoal.....	340
6.3.10.8	Fundo estadual de fomento à cultura.....	340
6.3.10.9	Desvinculação da Receita da União (DRU) – Da ECR nº 1/1994 à EC nº 68/2011 ...	341
6.3.10.10	Desvinculação da receita da União, estados e municípios – A EC nº 93/2016 e o avanço do processo de perda de identidade constitucional das espécies tributárias.....	341
6.3.10.11	A chamada PEC dos Fundos (PEC nº 187/2019) e o desvelamento das reais intenções que sempre estiveram por detrás da criação de diversas Cides.....	345
6.3.10.12	Exclusão das contribuições sociais de seguridade social da DRU (Desvinculação de Receitas da União) pela EC nº 103/2019.....	347
6.4	Novas vedações orçamentárias instituídas pela Reforma da Previdência (EC nº 103/2019).....	348
6.5	A regra de ouro do art. 167, III, da Constituição em tempos de déficit primário crônico.....	349

6.6	Participação popular efetiva na elaboração das leis orçamentárias	351
6.6.1	Orçamentos participativos em âmbito municipal.....	352
6.6.2	Orçamentos participativos em âmbito estadual.....	354
6.6.3	Orçamentos participativos no plano federal	355
6.7	Os impactos do orçamento público e da política fiscal sobre as mulheres, crianças e outros grupos sociais.....	357
6.8	A prática do chamado “orçamento secreto” e a reação do Supremo Tribunal Federal.....	359
6.8.1	Arguições de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPFs) nº 850, 851 e 854	361
6.8.2	Ações Diretas de Inconstitucionalidade nº 7.688 e 7.695	365
6.8.3	Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 7.697.....	368
6.8.4	Reação do Congresso Nacional e edição da Lei Complementar nº 210/2024	371
6.8.5	Decisões do STF após a edição da LC nº 210	372

CAPÍTULO 7

CONTROLE EXTERNO E INTERNO DAS FINANÇAS PÚBLICAS		377
7.1	Considerações gerais.....	377
7.2	Controle das finanças públicas – Perspectiva histórica.....	378
7.3	Controle das finanças públicas na Constituição de 1988	378
7.3.1	Controle externo	379
7.3.1.1	Controle parlamentar indireto ou colaborado	380
7.3.1.2	Controle pelo Tribunal de Contas.....	382
7.3.1.2.1	Emissão de parecer prévio sobre as contas anuais dos chefes do Executivo.....	383
7.3.1.2.2	Julgamento de contas dos administradores e demais responsáveis por bens, dinheiros e valores públicos (art. 71, II, CR/88).....	386
7.3.1.2.3	Registro de atos de admissão, aposentadoria, reforma e pensão	403
7.3.1.2.4	Inspecções e auditorias de natureza financeira, orçamentária, patrimonial e operacional	405
7.3.1.2.5	Outras atribuições.....	407
7.3.1.2.6	Controle interno.....	411
7.4	Controle consensual da Administração Pública: termos de ajustamento de gestão e solução consensual do TCU	420
7.5	Responsabilidade dos agentes públicos em matéria de direito financeiro	423

PARTE II DIREITO TRIBUTÁRIO

TÍTULO I NOÇÕES GERAIS

CAPÍTULO 1

DEFINIÇÃO DE TRIBUTO E PODER DE TRIBUTAR		433
1.1	Justificativa atual do poder de tributar	433
1.2	Apontamentos introdutórios à definição legal de tributo	435
1.3	Definição legal de tributo	439
1.4	Direito tributário e autonomia científica.....	439
1.5	Fiscalidade e extrafiscalidade	441

CAPÍTULO 2

DIVISÃO DO TRIBUTO EM ESPÉCIES.....		447
2.1	Apontamentos para a divisão do tributo em espécies	447
2.2	A insuficiência do fato gerador como baliza única para a divisão do tributo em espécies.....	450
2.2.1	A legitimidade do poder de tributar na conjuntura do Estado Democrático de Direito e a importância da destinação constitucional	450

2.2.2	A importância assumida pela destinação constitucional do produto da arrecadação	451
2.3	Interdependência entre ingressos e gastos públicos – Noção básica para a definição das espécies tributárias	451
2.4	As funções constitucionais específicas dos tributos	454
2.4.1	Os distintos objetivos buscados pelo legislador com a imposição dos tributos.....	455
2.5	Redução do tributo a espécies	456
2.5.1	A identificação da espécie por meio da análise da norma tributária.....	464

CAPÍTULO 3

	PERFIL GENÉRICO DOS TRIBUTOS EM ESPÉCIE	473
3.1	Impostos.....	473
3.1.1	Impostos diretos e indiretos.....	474
3.2	Taxas	475
3.2.1	Taxas de serviço e taxas de polícia	477
3.2.2	Principais aspectos do regime jurídico das taxas segundo a jurisprudência do STF	478
3.2.2.1	A oscilante jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre a constitucionalidade ou não da taxa de prevenção e combate a incêndios	483
3.2.3	Taxa e preço público.....	486
3.2.4	Relevância quantitativa das taxas no âmbito das receitas tributárias atuais dos entes federativos brasileiros. As recentes taxas de controle, fiscalização e monitoramento de atividades mineradoras e petrolíferas	489
3.2.5	A EC nº 93/2016 e a desvinculação orçamentária de recursos relacionados à arrecadação das taxas.....	491
3.3	Contribuições de melhoria	492
3.4	Empréstimos compulsórios.....	493
3.5	Contribuições especiais.....	494
3.5.1	Contribuições sociais.....	494
3.5.1.1	Contribuições sociais <i>stricto sensu</i>	495
3.5.1.1.1	A reforma constitucional da previdência social de 2019 (EC nº 103/2019) e as alterações promovidas nos artigos da Constituição que tratam das contribuições previdenciárias.....	498
3.5.1.1.2	A chamada contribuição do Funrural e o erro cometido pelo STF no julgamento do RE nº 718.874	506
3.5.1.2	O problema das contribuições sociais <i>lato sensu</i> (contribuições sociais gerais).....	510
3.5.2	Contribuições interventivas	512
3.5.3	Contribuições corporativas	514
3.5.3.1	Contribuição sindical	516
3.5.4	Contribuição para o custeio de iluminação pública e de sistemas de monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos	518

TÍTULO II

O DIREITO TRIBUTÁRIO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

CAPÍTULO 1

	COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA	523
1.1	Características da competência tributária.....	523
1.2	Outorga e repartição das competências tributárias.....	526
1.3	Regras para o exercício das competências tributárias.....	529
1.4	Observância da lei complementar de normas gerais como condição prévia ao exercício da competência tributária	531

CAPÍTULO 2

VISÃO GERAL DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL (ARTS. 145 A 162 DA CONSTITUIÇÃO)	535
2.1 A disciplina do sistema tributário nas constituições republicanas e a orientação da Constituição de 1988	535
2.2 Visão de conjunto sobre os principais blocos normativos do Sistema Tributário Nacional	536

CAPÍTULO 3

PRINCÍPIOS GERAIS DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL	539
3.1 A curiosa configuração da Seção “Dos Princípios Gerais”, que abre o capítulo da Constituição de 1988 que trata do Sistema Tributário Nacional	539
3.2 O furor principiológico da Emenda Constitucional nº 132: os novos §§3º e 4º do art. 145 da Constituição	541
3.3 A justiça tributária como <i>valor</i> , e não como <i>princípio</i> : a teoria de Ricardo Lobo Torres	543
3.4 Qual o sentido e quais as consequências da norma segundo a qual o Sistema Tributário Nacional deve observar o <i>princípio da justiça tributária</i> ?	545
3.5 Os princípios da simplicidade, da transparência, da cooperação e da defesa do meio ambiente	546
3.6 A atenuação de efeitos regressivos da carga tributária	549

CAPÍTULO 4

LIMITAÇÕES DO PODER DE TRIBUTAR	551
4.1 Limitações constitucionais do poder de tributar no direito brasileiro. Plano de estudo	551
4.2 Legalidade e tipicidade	552
4.2.1 Art. 150, §6º, da Constituição – Uma limitação ao poder de não tributar	556
4.2.2 A legalidade nos impostos regulatórios	557
4.2.3 Legalidade tributária e medidas provisórias	558
4.2.4 Legalidade e instituição de tributo por emenda constitucional	559
4.2.5 Legalidade e definição do prazo de vencimento da obrigação tributária	560
4.2.6 Legalidade tributária e a taxa para expedição da anotação de responsabilidade técnica (ART). Considerações do tribunal sobre gradações da legalidade tributária conforme as espécies tributárias	560
4.2.7 Duas visões sobre a legalidade tributária e suas respectivas consequências – os acórdãos do STF no Recurso Extraordinário nº 1.043.313 e na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.277	562
4.3 Irretroatividade	565
4.4 Anterioridade	566
4.4.1 Da <i>anualidade</i> ou exigência de autorização orçamentária anual (CF de 1946, Carta de 1967) para o regime da <i>anterioridade</i> da lei tributária (EC nº 1/69, Constituição de 1988)	566
4.4.2 Anterioridade tributária como garantia individual e cláusula pétrea	567
4.4.3 Anterioridade e medidas provisórias	568
4.4.4 Os atuais regimes jurídicos quanto à anterioridade tributária	570
4.4.5 Anterioridade e sua aplicabilidade à revogação de isenções e outros benefícios fiscais	572
4.4.6 Anterioridade, irretroatividade e a sombria e persistente Súmula nº 584 do STF, finalmente cancelada em 2020	573
4.4.7 Anterioridade tributária e o que se deve entender por data de publicação da lei – O caso da Lei nº 8.383/1991 e da MP nº 812/1994	577
4.4.8 Anterioridade e medidas de prorrogação da vigência de tributos temporários	578
4.4.9 Anterioridade e alteração da data do vencimento da obrigação tributária	580
4.4.10 Anterioridade e reprimenda das alíquotas da contribuição do PIS e da COFINS incidentes sobre receitas financeiras auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime não cumulativo das contribuições (Decreto nº 11.374/2023)	580
4.5 Igualdade e capacidade econômica	581
4.5.1 Tratamento do tema da igualdade tributária na Constituição de 1988 e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal	583

4.5.1.1	Alíquotas agravadas de contribuições sociais para as instituições financeiras	586
4.5.1.2	Tratamento tributário mais gravoso de sociedades de economia mista e empresas públicas em relação a empresas concorrentes do setor privado.....	587
4.5.1.3	Parcelamentos e vedação de inclusão de valores depositados em juízo	588
4.5.1.4	Tratamento agravado do IRPF em relação a não residentes e isonomia tributária	589
4.5.2	Tratamento do tema da capacidade econômica na Constituição de 1988.....	589
4.5.2.1	A tarefa de dar efetividade ao princípio da capacidade econômica e o acesso da fiscalização tributária a informações bancárias do contribuinte	592
4.5.3	Jurisprudência do STF sobre capacidade econômica e progressividade de alíquotas	594
4.5.3.1	IPTU e progressividade de alíquotas em razão do valor do imóvel: RE nº 153.771 (1996), Súmula STF nº 668 (2010) e RE nº 602.347 (2016).....	594
4.5.3.2	IPTU e progressividade de alíquotas em razão do valor do imóvel após a EC nº 29/2000: RE nº 423.768 (2010).....	597
4.5.3.3	Impostos reais e progressividade fiscal: a alteração jurisprudencial manifestada no RE nº 562.045 (2013).....	598
4.5.3.4	Progressividade de alíquotas do imposto territorial rural	599
4.5.4	Capacidade econômica e taxas	600
4.5.5	Capacidade econômica e capacidade contributiva	601
4.5.6	Capacidade econômica e imposto sobre a renda das pessoas físicas (IRPF) na jurisprudência do STF (RE nº 388.312 e RE nº 614.406).....	602
4.6	Vedação de utilização de tributo com efeito de confisco	604
4.6.1	Vedação de efeito de confisco e multas tributárias.....	606
4.7	Vedação de tributos interestaduais e intermunicipais que limitem o tráfego de pessoas ou bens no território nacional	608
4.7.1	O pedágio e a jurisprudência do STF.....	609
4.8	Imunidades.....	611
4.8.1	Imunidade recíproca	612
4.8.1.1	Imunidade recíproca e impostos indiretos	615
4.8.1.2	Sentido de “patrimônio, renda e serviços” na jurisprudência do STF.....	616
4.8.1.3	Imunidade recíproca, empresas públicas e sociedades de economia mista	616
4.8.1.4	Alteração da jurisprudência do STF sobre o âmbito da imunidade recíproca e a sujeição passiva no IPTU – REs nº 434.251, 601.720 e 594.015.....	619
4.8.1.5	Imunidade recíproca e responsabilidade tributária	621
4.8.1.6	Imunidade recíproca e serviços de cartórios	621
4.8.2	Imunidade dos templos de qualquer culto.....	621
4.8.2.1	Cemitérios e imunidade dos templos	623
4.8.2.2	Imunidade dos templos e maçonaria.....	625
4.8.2.3	Emenda Constitucional nº 132/2023: da imunidade de “templos de qualquer culto” para a imunidade de “instituições religiosas e templos de qualquer culto, inclusive suas organizações assistenciais e beneficentes”	626
4.8.3	Imunidade (patrimônio, renda ou serviços) dos partidos políticos (incluindo suas fundações), entidades sindicais dos trabalhadores, instituições de educação e assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei.....	626
4.8.3.1	Imunidade das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos – Os “requisitos da lei” (art. 150, VI, “c” da Constituição) e o alcance da reserva de lei complementar	627
4.8.3.2	Imunidade, quanto ao ICMS, da venda de mercadorias pelas instituições mencionadas no art. 150, VI, “c”, da Constituição. A questão da repercussão do ônus tributário.....	630
4.8.3.3	Imóveis das instituições do art. 150, VI, “c”, da Constituição alugados a terceiros. Súmula nº 724 do STF	631
4.8.3.4	Imunidade de entidades fechadas de previdência privada. Súmula nº 730 do STF	632
4.8.4	Imunidade dos livros, jornais, periódicos e do papel destinado a sua impressão... ..	633
4.8.4.1	Súmula STF nº 657 – Os insumos das editoras e empresas jornalísticas e a imunidade dos livros, jornais e periódicos	636
4.8.5	Imunidade dos fonogramas e videofonogramas musicais brasileiros	638
4.8.6	Imunidade do art. 195, §7º, da Constituição.....	639

4.8.6.1	Inconstitucionalidades da Lei nº 12.101, de 2009	642
4.8.6.2	Edição da Lei Complementar nº 187/2021 como consequência da declaração de inconstitucionalidade da Lei nº 12.101/2009	643
4.8.6.3	Art. 195, §7º, da Constituição e sua aplicabilidade à contribuição ao PIS.....	644
4.8.7	Outras imunidades	645
4.9	A norma do art. 150, §5º, da Constituição e a exigência de medidas de esclarecimento dos contribuintes sobre a imposição indireta.....	647
4.10	A norma do art. 150, §7º, da Constituição e a substituição tributária progressiva ...	649
4.10.1	O controverso problema da “imediata e preferencial restituição da quantia paga” no mecanismo da substituição tributária progressiva	651
4.11	Vedações à União previstas no art. 151 da Constituição.....	653
4.11.1	Proibição das isenções heterônomas e o caso dos tratados internacionais	655
4.12	Vedação aos entes estaduais e locais de discriminação tributária em razão da procedência ou destino de bens e serviços de qualquer natureza	657
4.13	Sanções políticas na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.....	659
4.13.1	Súmulas nº 70 e 323: interdição de estabelecimento e apreensão de mercadorias como meios indiretos de cobrança de tributos.....	659
4.13.2	Súmula nº 547: restrições quanto a atos da vida empresarial/profissional usadas como meio indireto de cobrança de tributos	661
4.13.3	Sanções políticas e submissão de contribuintes do ICMS a regimes especiais de cobrança e fiscalização	663
4.13.4	Sanções políticas e cancelamento do registro especial de fabricantes de cigarro por inadimplência tributária.....	665
4.13.4.1	O julgamento da ADI nº 3.952.....	668
4.13.5	Protesto de certidões de dívidas tributárias e sanção política	670
4.13.5.1	Eficiência administrativa e extinção de execuções fiscais de baixo valor.....	672
4.13.6	Exclusão por inadimplência do regime do Simples Nacional e sanção política	674
4.13.7	Licenciamento anual de veículos automotores, exigência de regularidade fiscal e sanção política	675
4.13.8	Legislação desportiva, regularidade fiscal como “critério técnico” de participação em competições e sanção política.....	675
4.13.9	Conclusão.....	676

TÍTULO III

NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO NO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL

CAPÍTULO 1

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA	683
1.1 Fontes formais do direito tributário.....	683
1.2 Regulamentação da reserva de lei em matéria tributária – Art. 97 do CTN.....	685
1.3 O art. 98 do CTN e os tratados internacionais para evitar a dupla tributação da renda e do capital.....	688
1.3.1 Noções introdutórias sobre o direito dos tratados	688
1.3.2 Os tratados internacionais e sua relação com o direito interno – Jurisprudência tradicional do STF e sua recente alteração	690
1.3.3 A EC nº 45/2004 e a alteração da jurisprudência do STF no que diz respeito ao status hierárquico dos tratados internacionais	692
1.3.4 O art. 98 do Código Tributário Nacional e a jurisprudência do STF	694
1.4 Normas complementares e proteção da confiança do contribuinte.....	696
1.5 Vigência e aplicação da legislação tributária	697
1.5.1 Aplicação imediata da legislação a fatos geradores futuros e pendentes – A regra do art. 105 do CTN e suas possíveis compreensões	699
1.5.2 Aplicação retroativa da lei sancionadora mais benigna (art. 106, II, do CTN).....	700
1.5.3 Aplicação retroativa de lei expressamente interpretativa (art. 106, I, do CTN) e o caso da LC nº 118/2005.....	701
1.6 Interpretação e integração do direito e da legislação tributária	705
1.6.1 Em que consiste o ato de interpretar e aplicar o direito?.....	705

1.6.2	O direito tributário deve ser interpretado como qualquer outro ramo do direito?.....	709
1.6.3	Análise das normas do CTN sobre interpretação e integração do direito tributário – Arts. 108 a 112	710
1.6.3.1	Art. 108.....	711
1.6.3.2	Art. 109.....	713
1.6.3.3	Art. 110.....	715
1.6.3.3.1	O conceito constitucional de “serviço de qualquer natureza”, o art. 110 do CTN e a jurisprudência do STF.....	718
1.6.3.4	Art. 111	721
1.6.3.5	Art. 112.....	723

CAPÍTULO 2

A RELAÇÃO JURÍDICO-TRIBUTÁRIA.....		725
2.1	Obrigação tributária.....	725
2.2	Fato gerador da obrigação tributária.....	727
2.2.1	Modalidades de fato gerador.....	727
2.2.2	Dissimulação da ocorrência do fato gerador – A norma do art. 116, parágrafo único, do CTN e o combate aos planejamentos tributários abusivos no direito brasileiro.....	728
2.2.2.1	Os conceitos de elisão, evasão e elusão tributária.....	728
2.2.2.2	Elusão tributária, normas gerais, fraude à lei e abuso do direito	730
2.2.2.3	Breve síntese sobre a evolução histórica do combate à elusão tributária no Brasil – Do Anteprojeto de Código Tributário Nacional à LC nº 104/2001	731
2.2.2.4	O conceito amplo e causalista de simulação como a efetiva norma geral antielusão em vigor no ordenamento brasileiro	736
2.2.2.5	Análise do decidido pelo STF no acórdão da ADI nº 2.446.....	738
2.2.3	Fato gerador da obrigação tributária e atos ilícitos	739
2.3	Sujeição ativa	742
2.4	Sujeição passiva – Contribuinte e responsável.....	744
2.4.1	Sujeição passiva direta	745
2.4.1.1	Contribuinte	745
2.4.1.2	Responsável por substituição.....	745
2.4.2	Sujeição passiva indireta.....	748
2.4.2.1	Responsabilidade dos sucessores.....	749
2.4.2.2	Responsabilidade de terceiros	753
2.4.2.3	O art. 135 do Código Tributário Nacional e sua interpretação/aplicação pelo Superior Tribunal de Justiça	757
2.4.3	Convenções particulares e sujeição passiva.....	761
2.4.4	Capacidade tributária	762
2.4.5	Domicílio tributário do sujeito passivo	762
2.5	Solidariedade.....	763
2.6	Responsabilidade por infração	766
2.6.1	Exclusão da responsabilidade – Denúncia espontânea e seus efeitos	769

CAPÍTULO 3

CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....		775
3.1	Constituição do crédito tributário – A figura do lançamento	776
3.1.1	Antecipação do pagamento e lançamento por homologação	778
3.1.2	Formalização do crédito tributário pelo próprio contribuinte.....	779
3.1.3	Outros aspectos do lançamento.....	781
3.1.4	Revisão/alteração do lançamento	783
3.1.4.1	Alteração do critério jurídico do lançamento	784
3.2	Suspensão da exigibilidade do crédito tributário	785
3.2.1	Moratória	787
3.2.2	Depósito do montante integral.....	788

3.2.3	Reclamações e recursos administrativos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo.....	790
3.2.4	Concessão de medida liminar ou tutela antecipada em ações judiciais.....	790
3.2.5	Parcelamento	792
3.3	Extinção do crédito tributário	793
3.3.1	Pagamento	794
3.3.1.1	Consignação em pagamento	798
3.3.1.2	Pagamento indevido e a sua restituição.....	799
3.3.1.2.1	Restituição de tributos indiretos.....	801
3.3.1.2.2	Prazo para pleitear a devolução do indébito.....	804
3.3.2	Compensação	807
3.3.3	Transação	811
3.3.4	Remissão	813
3.3.5	Decadência e prescrição.....	813
3.3.6	Outras hipóteses de extinção do crédito tributário	818
3.4	Exclusão do crédito tributário.....	819
3.4.1	Isenção	819
3.4.2	Anistia	825
3.5	Garantias do crédito tributário	827
3.5.1	Preeminências	828
CAPÍTULO 4		
ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA.....		
4.1	Fiscalização	831
4.2	Dívida ativa	842
4.3	Certidões negativas	849
4.4	<i>Compliance</i> tributário	854
4.5	Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).....	857
REFERÊNCIAS.....		859